



Tribunal Supremo

1ª SECÇÃO DA CÂMARA CRIMINAL

PROC. Nº 14795

ACORDAM, EM CONFERÊNCIA, EM NOME DO POVO:

Mediante autos de Polícia Correccional do Ministério Público, a 1ª Secção do Tribunal Provincial da Huíla julgou o réu [REDACTED], solteiro, de 47 anos de idade, filho de [REDACTED] e de [REDACTED], natural de [REDACTED], antes de preso residente no Município da [REDACTED], bairro [REDACTED], pela prática de um crime do tipo de homicídio com culpa grave, p.e p. pelas disposições conjugadas dos art.12º e 15º, al.b); danos com culpa grave, p.e p. pelo art.14º, nº 1 e 15º, al. b) e de ofensas corporais com culpa grave, p. e p. pelo artº13º e 15º, al.b), todos do Decreto nº 231/79, de 16 de Julho, sendo o último conjugado com o art.360º, nº.3 do Cód. Penal.

Efectuado o julgamento e depois de respondidos os quesitos foi a acusação julgada procedente e provada e em consequência, usando do art.94º, nº2, do Cód. Penal, o réu condenado nas penas de:

- 2 anos (dois) anos de prisão correcional;
 - kz. 70.000.00 (setenta mil kwanzas), de taxa de justiça,
- e, em,
- kz. 500.000.00 (quinhentos mil kwanzas) de indemnização para cada uma das vítimas e dos familiares que se mostram com direito a ela;
 - kz 194.000.00 (cento e noventa e quatro mil kwanzas) a favor do ofendido [REDACTED], pelos danos na sua viatura e
 - KZ. 56.400.00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos kwanzas) a favor dos familiares da vítima [REDACTED], pelos prejuízos provocados ao motociclo.

A execução da pena de prisão aplicada ao réu foi declarada suspensa, por três anos, por força do art.88º do Código Penal.

Desta decisão, interpôs, tempestivamente, recurso o Ministério



Tribunal Supremo

Público por não conformação, alegando, em síntese que, pela leitura feita ao croquis de localização e acolhendo as declarações prestadas durante a fase instrutora dos autos e em audiência de julgamento e discussão da causa pelo declarante [REDACTED] e atentos aos depoimentos trazidos pelo [REDACTED], a única testemunha que se deslocou ao local do sucesso momentos depois do sinistro, o Tribuna "a quo" fez uma correcta apreciação dos factos.

Já no que à individualização da pena concreta aplicada ao réu, diz respeito, o recorrente entende terem os julgadores sido bastante benévolos, haja em vista que o réu, sabendo que circulava de noite numa área sem iluminação pública, ao efectuar a manobra de ultrapassagem, deveria certificar-se que, da mesma, não resultariam perigos para os outros utentes da via pública.

Ancorando-se no facto de que, na origem exclusiva de tão grave acidente, que teve como consequência a morte de três pessoas, está a atitude imprevidente do réu, concluiu o recorrente, pedindo a revogação do acórdão recorrido, defendendo a condenação do réu em pena efectiva.

O réu, assistido pelo seu Advogado constituído, devidamente notificado para o efeito, não contra alegou.

Nesta instância, o Digníssimo Magistrado do Ministério Público, emitiu (fls 135 v), o seguinte, aliás, douto parecer:

“O réu, [REDACTED], foi julgado e condenado na pena de 2 anos de prisão, suspensa por um período de 3 anos, pela prática, em concurso real da infracções, de um crime de homicídio com culpa grave, p. e p. pelos artigos 12º e 15º, al. b), outro, de danos com culpa grave, p. e p. pelos artigos 13º e 15º al.b), todos do decreto 231/79 de 16 de Julho.

Embora não tenha feito uma apreciação sucessiva e abstracta da Constitucionalidade daquele diploma legal, o Tribunal Constitucional, no seu acórdão nº 328/14, de 24 de Junho concluiu que:



Tribunal Supremo

"As normas do Decreto n" 231/79, referentes aos crimes e contravenções cometidas no exercício da condução automóvel, estão tacitamente revogadas pelas normas, sobre a matéria, constantes no Decreto 5/08, de 29 de Setembro, como se estabelece no artigo 2º deste Diploma que aprova o novo Código de Estrada.

À luz do referido entendimento, a conduta do réu deverá ser punida nos termos dos artigos 368º e 369º do C. Penal".

Colhidos os vistos legais, por despacho do relator, foram os autos inscritos em tabela.

CUMPRE, AGORA, APRECIAR E DECIDIR

DECIDINDO:

I. MATÉRIA DE FACTO

SUA QUESITAÇÃO

O Tribunal relacionou os seguintes factos, retirados do quadro dos questionários que elaborou e ofereceu adequadas respostas, recobrindo matéria controvertida, contida no libelo acusatório.

II. SUA RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA.

DIZ, NO SEU ACÓRDÃO, O TRIBUNAL "A QUO":

O réu é militar das FAA, afecto à 6ª Divisão, destacada no Município da [REDACTED], sendo que, no dia 18 de Dezembro de 2012, pelas 19 horas, circulava ao volante de um veículo ligeiro de passageiros de marca Toyota Land Cruiser, matrícula [REDACTED], sua propriedade, na estrada nacional [REDACTED], sentido de marcha norte-sul.

O réu viajava da [REDACTED] para o [REDACTED], juntamente com a ora ofendida [REDACTED], sua companheira marital, numa estrada com 6 metros e 10 centímetros de largura.

Ao aproximar-se à localidade do [REDACTED], situada a cerca de 5 km do mercado vulgarmente conhecido por praça do km 40, o réu pretendia fazer ultrapassagem a um veículo pesado não identificado nos autos.



Tribunal Supremo

Sendo de noite, fazendo descaso à sinalização de proibição de ultrapassagem que lhe estava sendo comunicada pelo condutor do referido veículo pesado, o réu, com pressa de chegar a um óbito, decidiu efectuar a manobra de ultrapassagem. ':

Porém, em sentido contrário, circulava um outro veículo igualmente pesado de mercadoria, de marca Mitsubishi-Fuso, com a matrícula [REDACTED], conduzido pelo respectivo proprietário, o ofendido [REDACTED]

Acontece que, por detrás do Mitsubishi-Fuso, circulava um motociclo de marca [REDACTED], conduzido pelo infeliz [REDACTED] que transportava sua companheira marital, a infeliz [REDACTED], e sua filha [REDACTED], de apenas um ano de vida.

O ofendido [REDACTED], ao aperceber-se de que o réu ocupou a sua faixa de rodagem, fez-lhe jogos de luzes e encostou o máximo possível o seu veículo, parando-o à beira da estrada.

Assim, o réu foi embater violentamente contra a parte lateral esquerda do veículo Mitsubishi-Fuso, seguindo-se um outro embate contra a parte frontal do motociclo de marca TVS, conduzido pelo infeliz [REDACTED].

O embate contra o motociclo foi tão violento que projectou o veículo que o réu conduzia, para cerca de 49 metros do local do acidente, sendo o motociclo e os seus ocupantes, projectados a 30 metros da estrada.

Como consequência directa e necessária do acidente, os três ocupantes do motociclo, tiveram morte imediata, sobrevivendo a ofendida [REDACTED], que sofreu ferimentos ligeiros.

Refere ainda o acórdão recorrido que, do acidente, o veículo Mitsubishi-Fuso sofreu prejuízos avaliados em kz. 194.000.00 (cento e noventa mil kwanzas); ao motociclo de marca TVS-STAR foram provocados danos orçados em kz. 56.400.00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos kwanzas), sendo que, para as despesas fúnebres, o réu e os seus parentes, contribuíram com o valor global de kz 200.000.00 (duzentos mil kwanzas).

Estes, os factos que se mostram muito bem recortados e devidamente fundamentados.



Tribunal Supremo

APRECIAÇÃO DOS FACTOS

Da leitura atenta dos autos, resulta, para o interesse da causa que, cerca das 19 horas do dia 18 de Dezembro de 2012, o réu ao volante do Toyota Land Cruiser, primeiro embateu contra o veículo pertencente ao ofendido [REDACTED] e depois contra o motociclo do infeliz [REDACTED].

Ficou provado que o réu desobedeceu às mais elementares normas do trânsito automóvel, ignorando as sinalizações que lhe estavam sendo feitas quer pelo camião que procurava ultrapassar quer pelo Mitsubishi- Fuso.

Na verdade, de repente, o condutor do Mitsubishi-Fuso viu a sua marcha inexplicavelmente obstruída pelo veículo que o réu conduzia.

Como resultado do seu comportamento, sobretudo pela envergadura que a colisão com o motociclo atingiu, morreram os ora infelizes [REDACTED], [REDACTED] e [REDACTED].

Não obstante o facto dos respectivos cadáveres não terem sido autopsiados, ficou sobejamente provado que os inditosos morreram por causa da gravidade dos traumatismos que sofreram, fruto do acidente de viação cuja autoria deve ser atribuída exclusivamente ao réu.

Já em relação à ofendida [REDACTED], apurou-se que ela sofreu diversos ferimentos incisivos de certa gravidade, adoecendo inclusive durante trinta dias.

De resto, os factos descritos na acusação e na quesitação operada, mostram-se sintonizados com toda a factualidade considerada provada pelo Tribunal recorrido durante audiência de julgamento e discussão da causa.

SUBSUNÇÃO JURÍDICO-PENAL

Tem sido entendimento deste Tribunal Supremo, em recente jurisprudência que se vem firmando, que pela CRA e pelo Decreto-Lei Decreto-Lei 05/08, de 29 de Setembro, que aprovou o actual Código da Estrada, o Decreto nº 231/79 de 16 de Julho, está tacitamente revogado.



Tribunal Supremo

No que tange às contravenções decorrentes da condução de veículos anteriormente sancionadas pelo referido diploma legal, é ponto assente que as mesmas passam a ser reguladas nos termos do Código Penal, ainda vigente, sendo que, no que concerne à contravenção do tipo de dano culposos, prevista e punível pelo art.482º do Cód. Penal, dever-se-á ter atenção que em relação aos prejuízos sofridos por veículos pertencentes ao Estado Angolano, o Ministério Público tem sempre legitimidade para exercer a acção penal, visto o nº2 do art.20º do Código de Processo Civil.

Por conseguinte, o Decreto-Lei n.º 05/08, de 29 de Setembro, que aprovou o actual Código de Estrada, é o diploma legal que melhor responde às exigências do modelo do Estado de Direito e Democrático.

Para a presente causa, tendo o réu deixado de atender à prudência que lhe era exigida e violado o especial dever de cuidado objectivo que se lhe cobra quando ao volante de um veículo automóvel, é de se lhe imputar, as três mortes ocorridas, vislumbrando-se desse modo, o nexo de causalidade adequada entre tal acção negligente e o resultado ilícito produzido.

O comportamento omissivo do réu, realiza, efectivamente, o tipo legal do crime de homicídio involuntário do art.368º do Cód. Penal.

Já no concernente às lesões contraídas durante o acidente pela ofendida [REDACTED], o comportamento do réu realiza o tipo legal de crime de ofensas corporais involuntárias p. e p. pelo art.369º do Cód. Penal.

Quanto aos prejuízos causados ao veículo pertencente ao ofendido [REDACTED], na verdade, a conduta do réu preenche a contravenção de dano culposos p. e p. pelo art.482º do Cód. Penal, actividade que, entretanto, não pode ser aqui e agora perseguida criminalmente, porquanto, como acima ficou exposto, o Ministério Público não tem legitimidade para o exercício da acção penal, por força do disposto no § 1º do artigo "ut supra".

Convém recordar, portanto, que as contravenções decorrentes da condução de veículos anteriormente sancionadas pelo Decreto nº 231/79, de 16 de Julho, passam a ser reguladas nos termos do Código Penal ainda em vigor.



Tribunal Supremo

Desse modo, enquadra-se o comportamento do réu num crime do tipo de homicídio involuntário p. e p. pelo art.368º do Cód. Penal em concurso real de infracções com o crime do tipo de ofensas corporais involuntárias p. e p. pelo art.369º do Cód. Penal, para os quais se convola sob o agasalho dos poderes convolutivos consagrados pelo art.447º do C.P.P.

MEDIDA DA PENA

O crime do tipo de homicídio involuntário é punível com a pena de um mês a dois anos e multa correspondente.

O crime de ofensas corporais involuntárias é punível com a pena de três dias a seis meses ou na obrigação de reparação dos danos pelo agente.

A responsabilidade penal do réu é agravada pelas seguintes circunstâncias: 19ª (ter sido o crime cometido de noite) e a 34ª (acumulação de crimes) do art.34º do Cód. Penal.

Sufragamos a favor do réu, as circunstâncias atenuantes inventariadas pelo Tribunal recorrido, quais sejam: a 1ª (falta de antecedentes criminais), 9ª (confissão parcial do crime) e a 23ª (encargos familiares), previstas pelo art.39º do Cód. Penal.

Não confirmamos a 19ª (natureza reparável dos danos) do mesmo artigo e diploma legal, por demais inviável em crimes de natureza não patrimonial.

No demais, assiste razão ao recorrente, à luz das finalidades das sanções penais no quadro da prevenção especial negativa conjugada com a prevenção geral positiva, conferir uma resposta punitiva mais severa perante o cortejo de mortes que vai desfilando com certa impunidade nas nossas estradas, flagelo que se deverá procurar conter por parte dos julgadores, punindo exemplarmente condutores incautos como foi o réu dos presentes autos.

DECISÃO

Nesta conformidade, **acordam os desta Câmara, revogar a decisão recorrida e condenar o réu, do modo que se segue:**



Tribunal Supremo

- 22 (vinte e dois) meses de prisão e igual período de multa, à razão de KZ. 40.00, por cada dia, pelo crime do tipo de homicídio negligente;

- 6 (seis) meses de prisão pelo crime do tipo de ofensas corporais involuntárias, indo em cúmulo jurídico condenado na pena de 2 (dois) anos de prisão e 22 (vinte e dois) meses de multa, à razão diária de KZ. 40.00.

Vai também o réu constituído na obrigação de indemnizar aos familiares de cada um dos inditosos dos autos, o valor monetário de KZ. 1.000.000.00 (um milhão de Kwanzas).

No mais se confirma.

O réu deve ser recolhido à cadeia.

Luanda, aos 24 de Março de 2015.

Joel Leonardo

José Martinho Nunes

Simão de Sousa Vítor